

CONSERVAÇÃO DE PARQUES NACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS À INICIATIVA PRIVADA

SAMUEL H C LLOYD

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV/EAESP

MARIO PRESTES MONZONI NETO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV/EAESP

Introdução

Com o objetivo de conservar a biodiversidade e os ecossistemas no Brasil, a Lei Federal nº 9.985/2000 criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Entre as unidades de conservação (UC) estão os Parques Nacionais que historicamente a gestão, a manutenção e a conservação estiveram, em sua grande maioria, sob responsabilidades do Poder Público. Mas nos últimos anos, este cenário tem sofrido mudanças a partir das concessões de serviços públicos à iniciativa privada, com o intuito de disseminar políticas públicas e firmar a parceria para gestão ambiental.

Problema de Pesquisa e Objetivo

As concessões firmadas entre a parceria público e privado trazem complexidades como o potencial antagonismo na relação entre o avanço da presença humana em territórios naturais versus conservação da biodiversidade (RODRIGUES; GODOY, 2013). Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar os impactos percebidos pela comunidade local quanto à sustentabilidade ambiental antes e após a concessão à iniciativa privada para a conservação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

Fundamentação Teórica

As parcerias público-privadas podem gerar contrapontos. Alguns autores acreditam na vantagem desta parceria e nos impactos positivos (MORO; OMENA; LINDENKAMP, 2022), enquanto outros autores mencionam as desvantagens e os impactos negativos (MARQUES; ROCHA, 2019). Neste contexto, após a concessão, a autorização de presença humana em áreas protegidas também tem sido discutida sob estas duas perspectivas e ressaltado alguns impactos, principalmente os negativos, como por exemplo, assoreamento do córrego e compactação do solo, dentre outros citados por Marques e Rocha (2019).

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, cujo método utilizado foi estudo de caso (YIN, 2002). Ressalta-se que a pesquisa ainda está em andamento e, até o momento, foram realizadas sete entrevistas semiestruturadas com pessoas da comunidade local que possuem algum tipo de envolvimento com atividades relacionadas aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, que foram as unidades de análise. A partir da análise de conteúdo criou-se a categoria a priori para analisar os dados, levando em consideração as três fases propostas por Bardin (2004).

Análise dos Resultados

A partir dos resultados da pesquisa de Marques e Rocha (2019), os entrevistados apontaram as principais melhorias trazidas pelo processo de concessão destacando sete dos vinte itens do modelo original dos autores, foram elas: (i)erosão; (ii)assoreamento de córrego; (iii)alargamento da trilha; (iv) abertura de atalhos; (v)supressão da vegetação nativa; (vi)introdução de espécies exóticas ou invasoras; (vii)degradação do solo por culturas. Outro impacto que cabe destaque é um dos maiores problemas percebidos pelos entrevistados - a presença de javalis e de animais exóticos nos parques.

Conclusão

Os resultados mostraram que apesar da literatura indicar uma forte corrente para os impactos negativos da presença humana na conservação dos Parques Nacionais, há indícios que apontam que este, talvez, não seria o principal problema a ponto de não haver visitação. a presença humana nas áreas protegidas deve seguir regras, normas, diretrizes e estarem alinhadas com o contrato de concessão firmado entre o público e o privado, garantindo a segurança dos visitantes, daqueles que trabalham nos parques e garantindo o cuidado com a biodiversidade. Por isso a importância da gestão neste processo.

Referências Bibliográficas

MARQUES, F.; ROCHA, M. B. Impacts of public use in conservation units: scientific production in Rio de Janeiro. Research, Society and Development, [S. l.], v. 8, n. 3, p. e1883817, 2019. RODRIGUES, C.G.O.; ABRUCIO, F.L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. RBTUR, São Paulo, v.13, n.3, p. 105-120, 2019. MORO, C. C.; OMENA, M. T.; LINDENKAMP, T. M. Discutindo as Concessões de Uso Público em Unidades de Conservação Brasileiras. Biodiversidade Brasileira, v. 12, n. 3, p. 224-233, 2022.

Palavras Chave

sustentabilidade, conservação, concessão

CONSERVAÇÃO DE PARQUES NACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS À INICIATIVA PRIVADA

1. Introdução

O Brasil é o país com maior diversidade biológica do planeta. Segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) no ano de 2019, com cerca de 120 mil espécies de invertebrados, cerca de 9 mil vertebrados e mais de 4 mil espécies de plantas representam entre 15% e 20% da diversidade biológica da Terra.

Entretanto, esta riqueza está ameaçada pelo modelo de desenvolvimento econômico que explora os recursos naturais numa velocidade maior que o nosso Planeta é capaz de se regenerar. Portanto, a perda da biodiversidade é apontada por Steffen et al. (2015) como uma das ameaças globais. Ultrapassam-se os limites planetários no antropoceno, uma era geológica pós holoceno. O termo "antropoceno" surgiu da percepção crescente das relações entre as atividades humanas e as significativas mudanças planetárias. A emissão crescente de gases do efeito estufa pela queima de combustíveis fósseis, o desmatamento, a urbanização acelerada e a industrialização contribuem para o aquecimento da atmosfera, resultando em mudanças climáticas (Steffen et al., 2015). Além disso, o aumento na taxa de extinção das espécies devido às atividades humanas é uma das razões pelas quais estamos enfrentando uma crise de biodiversidade. A taxa de extinção de espécies atualmente excede a taxa de extinção de fundo – aquela taxa que ocorreria naturalmente sem a ação humana – com consequentes perdas para os ecossistemas, os serviços ecossistêmicos e a estabilidade planetária (Ceballos et al., 2015).

Com o objetivo de conservar a biodiversidade e os ecossistemas no Brasil, a Lei Federal nº 9.985/2000 criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O Sistema classifica as unidades de conservação (UC) em diferentes categorias. Entre as quais estão os Parques Nacionais que apresentam como característica, além da conservação ambiental e realização de pesquisas científicas, a destinação ao uso ou visitação pública. Para cada parque nacional, pretende-se elaborar um plano de manejo: documento elaborado a partir de diversos estudos, diagnósticos das relações ambientais e sociais daquele território que estabelece as normas, tipos de uso, ações e manejo dos recursos naturais da UC para garantir a conservação dos ecossistemas e minimizar impactos negativos.

Historicamente, a gestão, manutenção e conservação dos Parques Nacionais brasileiros estiveram, em sua grande maioria, sob responsabilidades do Poder Público, através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com poucas exceções como o Parque Nacional do Iguaçu que teve sua primeira concessão de serviços de apoio à visitação pública em 1999. Mais de duas décadas depois, em agosto de 2021, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) concluiu a concessão dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. A concessão dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral fez parte de um projeto político do governo federal que visou conceder parques nacionais e incentivar a concessão de parques estaduais brasileiros. A iniciativa contou com a participação ativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério da Economia (ME) e Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

As concessões trazem complexidades como o potencial antagonismo apontado na literatura na relação entre o avanço da presença humana em territórios naturais versus conservação da biodiversidade (RODRIGUES; GODOY, 2013). Os programas de concessão de serviços de apoio à visitação em áreas de uso público dos Parques Nacionais, apresentam aos investidores planos de negócios baseados na contrapartida da exploração comercial da

bilheteria de acesso, serviços de hospitalidade, educação ambiental e similares oferecidos aos visitantes em troca da melhoria ou criação de infraestrutura que proporcione o crescimento da visitação nestas unidades.

Apresenta-se, portanto, um contrassenso projetar crescimento da visitação em parques nacionais, voltados à conservação da biodiversidade. Mas, a proposta apresentada pelo MMA (2015) é que o investimento na infraestrutura melhore a gestão e cumprimento dos planos de manejo nestes territórios. Pode-se dizer que tal proposta é decorrente do Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação, publicado em 2011 pelo ICMBio, que discute os impactos da presença humana na sustentabilidade das unidades de conservação, num esforço de manejar a visitação com a minimização de impactos prejudiciais à biodiversidade, oferecendo oportunidades de recreação de alta qualidade em áreas protegidas. Desta forma, a tendência de crescimento da visitação e manejo de impactos tem apontado necessidade de parceria entre público e privado, ou seja, concessões de serviço público à iniciativa privada no apoio à conservação ambiental de Parques Nacionais (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019).

Uma vez que as UC foram criadas para conservação ambiental e proteção da biodiversidade, sendo que na categoria “Parques Nacionais” há o incentivo à visitação pública ordenadas por um Plano de Manejo, o governo federal e outras entidades do setor como o Instituto Semeia sugerem as parcerias e o investimento privado como um caminho de melhorar o cumprimento da missão dos Parques Nacionais através de concessões ou parcerias público-privadas, de forma a proporcionar o desenvolvimento local pelo turismo sustentável e crescimento da visitação.

Exemplificando tal ação, em 2021, o governo brasileiro já havia tomado medidas para conceder serviços em algumas de suas áreas protegidas, incluindo alguns Parques Nacionais, ao setor privado. A parceria entre público e privado, na iniciativa da disseminação de políticas públicas para conservação da biodiversidade, pode se dar de duas formas. A primeira refere-se às concessões realizadas para prestação de serviços de apoio à visitação; e a segunda, na administração e financiamento das áreas protegidas como: fiscalização e manutenção de infraestrutura (RODRIGUES; GODOY, 2013).

Em ambos os casos, os objetivos das parcerias visam melhorar a infraestrutura e as experiências dos visitantes nos Parques Nacionais, além de gerar receita para os esforços de conservação. Sendo assim, as concessões geralmente envolvem permitir que empresas privadas gerenciem e operem serviços aos visitantes, como acomodações, restaurantes, guias turísticos e outras amenidades (BRAGA, 2013). Os principais objetivos por trás do modelo de concessão são melhor infraestrutura e serviços, considerando que as empresas privadas muitas vezes têm os recursos, conhecimentos e velocidade de atuação para desenvolver e manter uma infraestrutura e serviços melhores em comparação com o que o governo pode fornecer. Isso inclui a atualização de instalações, a construção de novos centros de visitantes, a manutenção de trilhas e a garantia da segurança e conforto dos visitantes (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019).

Sendo assim, após o exposto, este artigo tem como objetivo analisar os impactos percebidos pela comunidade local quanto à sustentabilidade ambiental antes e após a concessão à iniciativa privada para a conservação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Parceria público-privado no contexto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

O Brasil contempla parte expressiva de florestas em seu território lhe conferindo a responsabilidade de proteger suas áreas naturais, que são consideradas áreas públicas e um bem de conservação da biodiversidade, diante do cenário global (GORINI et al., 2006). Dentre as áreas públicas protegidas temos as Unidades de Conservação (UCs) que são protegidas por leis quanto à conservação, preservação, manutenção e utilização (PEIXOTO et al., 2005).

Uma estratégia utilizada pelo Brasil para a conservação da sua rica biodiversidade foi a aprovação da Lei nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A lei regulamenta o uso de diferentes territórios e tipologias que diferem em relação às normas e restrições. As áreas mais restritas ao uso público são, especialmente, voltadas à pesquisa e conservação da biodiversidade e àquelas menos restritas é permitida visitação, educação ambiental e manejo sustentável.

As Unidades de Conservação de uso sustentável possuem zoneamento que delimita e define as atividades permitidas em seu território. Os usos específicos das zonas no território de cada UC são descritos nos Planos de Manejo (PM) das unidades, bem como as diretrizes de funcionamento. É importante destacar que o PM é um documento técnico considerado um dos mais importantes para área de conservação e cada UC possui seu próprio PM, devendo ser reavaliado periodicamente devido às mudanças contínuas que podem ocorrer em pouco tempo diante das condições específicas de cada área (GORINI et al., 2006).

O Brasil possui 334 Parques Nacionais, classificados como UC, visando a conservação ambiental. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Semeia (2021) com gestores de parques no sentido de mapear questões relacionadas à gestão dos parques naturais brasileiros, na ótica dos gestores e profissionais dessas unidades, corrobora a estratégia nacional. Mais da metade dos respondentes aponta a conservação da natureza e/ou a biodiversidade como principal missão dos parques sob seus cuidados. Na pesquisa realizada pelo Instituto Semeia (2023) esse número atinge 69%. O levantamento ainda aponta que “40% dos parques não possuem plano de manejo, e que apenas 23% o possuem aprovado e condizente com a realidade atual. Houve uma melhora nesses índices na pesquisa realizada em 2023, subiu para 69% os parques que possuem plano de manejo divididos pelos seguintes grupos: “plano condizente com a realidade atual (28%); plano desatualizado e em processo de revisão (16%); e parques com planos desatualizados e sem processo de revisão (25%).” (SEMEIA. 2023, p. 43). Caiu para 31% os parques sem plano de manejo.

Diante da necessidade em colocar em prática os Planos de Manejo, bem como atrair mais investimentos, ampliar os serviços de apoio à visitação para incentivar o aumento de turistas e visitantes, em prol da segurança e conservação do meio ambiente, é que se abre espaço para as parcerias público-privadas, tendo como foco a disponibilização de bens e serviços à população, principalmente, à comunidade local (KEFALAS; SOUZA, 2018; SILVA; RAIMUNDO, 2021).

O Parque Nacional do Iguaçu é exemplo de aumento da visitação depois que passou pelas concessões à iniciativa privada, registrando de 175 mil pessoas em 2000, para 1,5 milhão em 2012, com investimento em torno de 42 milhões de reais em melhorias (TREVISAN, 2018).

Porém, as parcerias público-privadas podem gerar contrapontos como apontados pelos autores a seguir. Enquanto Kramer et al. (2002) e Moro, Omena e Lindenkamp (2022) acreditam nas vantagens desta parceria, Brumatti e Rozendo (2021) apontam algumas preocupações. Isto é, a concessão à iniciativa privada de serviços de apoio à visitação em áreas de uso público em Parques Nacionais é vista por Kramer et al. (2002, p. 363) como uma parceria

vantajosa, pois “pode ser mais bem-sucedida que o setor público em providenciar os especialistas em mercado, necessários para competir no mercado internacional altamente competitivo da indústria do turismo de natureza”. Entretanto, na visão de Brumatti e Rozendo (2021) a concessão à iniciativa privada pode trazer alguns desafios como, por exemplo, a priorização do lucro sobre a conservação, prejudicando a biodiversidade e os ecossistemas em prol de atividades que geram mais receita.

Mesmo diante deste impasse, é importante entendermos que na parceria entre os setores público e privado deve-se abranger objetivos comuns para obter sucesso e ela pode se dar por diversos modelos jurídicos como, por exemplo, permissão de uso, a parceria público-privada (PPP) ou pelo modelo de concessões, todas elas exigem que haja um chamamento público ou licitação e formalização contratual, como os contratos de concessão.

Um contrato de concessão entre empresas privadas e públicas de parques nacionais é um acordo em que uma empresa privada assume a responsabilidade de operar e/ou gerenciar determinados serviços dentro de um parque nacional à serviço do governo ou órgão público responsável por sua administração. Esse tipo de contrato é uma forma de parceria público-privada (PPP) que visa melhorar a eficiência e a sustentabilidade da gestão dessas áreas protegidas, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico e turístico (ZMYSLOWSKI et al., 2021).

Esses contratos podem abranger uma série de atividades, como o fornecimento de infraestrutura, serviços ao visitante e conservação ambiental, e até mesmo a operação de atividades comerciais, como restaurantes, lojas de souvenirs e outras atrações turísticas (SAPORITI, 2006; RODRIGUES; GODOY, 2013).

Pode-se observar algumas vantagens do contrato de concessão em parques nacionais, tais como: (i) experiência privada: as empresas privadas podem trazer conhecimentos especializados em administração, marketing e outras áreas, que podem melhorar a experiência dos visitantes e a gestão geral do parque; (ii) investimentos: empresas privadas têm recursos financeiros para investir em melhorias de infraestrutura, manutenção e conservação, que muitas vezes o governo pode não ter; (iii) eficiência: a gestão privada pode ser mais eficiente em termos de custos e processos, o que pode levar a uma operação mais sustentável do parque; (iv) desenvolvimento econômico: a concessão pode estimular o desenvolvimento econômico nas comunidades próximas ao parque, criando empregos e oportunidades para negócios locais; (v) responsabilidade compartilhada: o contrato de concessão pode estabelecer responsabilidades claras para ambas as partes, definindo metas e prazos para alcançar os objetivos do acordo (KRAMER et al., 2002; MORE; MANNING, 2004).

No entanto, é importante considerar alguns desafios e preocupações que podem surgir como, por exemplo, a conservação ambiental, o esforço contínuo em garantir a conformidade, a complexidade da legislação e dos regulamentos dos Parques Nacionais, e o apoio e aceitação da comunidade local.

2.2 Sustentabilidade e impactos da presença humana em Unidades de Conservação

A relação entre sustentabilidade e a presença humana em parques nacionais é um tema crucial na gestão ambiental e na conservação da biodiversidade. Os parques nacionais são áreas protegidas criadas para preservar os ecossistemas naturais, paisagens e biodiversidade. A presença humana em parques nacionais pode aumentar a conscientização sobre a importância da conservação e educação ambiental. As visitas a essas áreas podem inspirar as pessoas a se tornarem defensoras da natureza e adotarem comportamentos mais sustentáveis. Porém, por outro lado, Marques e Rocha (2019), contabilizaram os impactos negativos das intervenções humanas em áreas de uso público em UC, dentre eles: poluição pelo descarte indevido de

resíduos; deposição de itens de cunho religioso; presença de fezes humanas; depredação do meio mediante pichações nas rochas, montagem de fogueiras, abertura indiscriminada de trilhas, construção de barragens artificiais; caça, extração ilegal de recursos naturais; precariedade da infraestrutura do entorno da área; e uso da terra e conflitos pelo espaço territorial. Identificados os hábitos e comportamentos dos visitantes bem como carência de organização do espaço através da gestão Marques e Rocha (2019), listaram mais 20 impactos ambientais negativos resultantes da presença humana nas unidades de conservação, são eles: 1. Erosão; 2. Assoreamento do córrego; 3. Perda de material orgânico; 4. Compactação do solo; 5. Raízes e blocos expostos; 6. Redução do tamanho das plantas da trilha; 7. Presença de degraus; 8. Alargamento da trilha; 9. Aparecimento de ravinas; 10. Voçorocas; 11. Perda de borda crítica; 12. Abertura de atalhos; 13. Redução da vegetação e serrapilheira; 14. Efeito de borda; 15. Graves de movimentações de massa; 16. Supressão de vegetação nativa; 17. Introdução de espécie exóticas e invasoras; 18. Contaminação de represas; 19. Redução da cobertura vegetal ciliar; 20. Degradação do solo por culturas.

Por outro lado, há autores que acreditam que a presença humana nos parques nacionais, vem a contribuir para economia do país através do incentivo ao turismo, principalmente após a concessão e cobrança de ingressos para entrada de visitantes. Sendo uma oportunidade para geração de empregos no turismo e a promoção de produtos locais podem alinhar os interesses das comunidades com os objetivos de proteção do parque (SZABŰ; UJHELYI, 2022).

Além disso, a visitação humana promove a conscientização e a valorização da natureza, aumentando o apoio à conservação dessas áreas, e as atividades recreativas podem gerar receitas que podem ser investidas na proteção e manutenção dos parques (HARMON, 2013). A presença humana pode até mesmo funcionar como uma forma de monitoramento, ajudando a identificar problemas ambientais. Para isto, é importante equilibrar o acesso público com medidas de controle para garantir a preservação a longo prazo dessas áreas (NASCIMENTO et al., 2016).

Nesta perspectiva, os efeitos negativos que podem vir a surgir com a presença humana nos parques nacionais podem ser minimizados por meio de regulamentações adequadas, monitoramentos (NASCIMENTO et al., 2016) e educação ambiental (SOUZA, 2020). Para isso, a sustentabilidade também envolve considerações e práticas sobre educação e conscientização (OLIVEIRA, 2022), cujos visitantes devem ser informados sobre a importância dos parques nacionais, a biodiversidade local e as ameaças ambientais, incentivando o comportamento responsável; e pesquisas científicas, em que a coleta de dados científicos dentro dos parques nacionais é essencial para compreender os ecossistemas, monitorar mudanças e tomar decisões informadas sobre a gestão que pode impactar diretamente a presença humana nas áreas protegidas. Isso pode incluir pesquisas sobre espécies, padrões climáticos, saúde dos ecossistemas, entre outros.

3. Metodologia

Esta pesquisa se deu por meio da abordagem qualitativa do tipo descritivo, uma vez que busca analisar um fenômeno social por meio de uma mudança de um modelo de gestão que passou da gestão pública para uma concessão privada em uma comunidade que, historicamente, se apoiou nas visitas das áreas de uso público dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral para atração de visitantes e desenvolvimento turístico. Portanto, não caberá aqui testar hipóteses ou buscar generalizações em relação ao caso, mas aprofundar o entendimento do caso em si que pode gerar novos questionamentos para o avanço científico sobre o tema de concessões de parques que tem evoluído em quantidade nos últimos anos.

O método foi o estudo de caso baseado no modelo de Yin (2002, p.20) cujo desenho de pesquisa se refere “à sequência lógica que liga os dados empíricos às questões iniciais de investigação de um estudo e, finalmente, às suas conclusões”. Para tanto, utilizou-se o estudo

de caso, na tentativa de compreender um fenômeno complexo (EISENHARDT, 1989; MEYER, 2001; YIN, 2015), como é o caso da concessão à iniciativa privada para a conservação dos Parques Nacionais. Por meio desse método é possível também aprofundar no caso estudado (MEYER, 2001; YIN, 2015). Por se tratar de um estudo de um fenômeno contemporâneo e os limites entre o fenômeno e o contexto ainda não estarem claramente evidentes, o método do estudo de caso se faz relevante.

O caso pode ser entendido como uma ou mais unidades, entendidas como pessoas, produtos ou empresas. Assim, o caso aqui analisado é a concessão de serviços públicos à iniciativa privada na conservação ambiental dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. Sendo estes dois parques nacionais considerados as unidades de análise e observação, diante da facilidade de acesso do pesquisador e pela sua recém iniciada, em 01 de outubro de 2021, concessão com serviços de apoio à visitação nas áreas de uso público gerenciados pela Concessionária “Urbia Cânions Verdes”.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas cujos entrevistados puderam discorrer sobre o tema proposto, de acordo com um roteiro pré-definido, mas não como algo estático com condições prefixadas (YIN, 2002), pois uma de suas principais vantagens é a flexibilização tanto do entrevistado quanto do entrevistador para discorrer sobre o assunto, sem que sejam feitas restrições ao conteúdo e à extensão da reflexão (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998; YIN, 2015). O roteiro foi elaborado por meio de perguntas abertas e fechadas sobre sustentabilidade ambiental, parceria público e privado, impactos desta parceria na sustentabilidade ambiental dos parques nacionais e concessão à iniciativa privada dos serviços públicos. Além disso, no roteiro da pesquisa também contemplava os impactos negativos da presença humana nas UCs após o processo de concessão de serviços públicos à iniciativa privada encontrados no estudo de Marques e Rocha (2019), apresentado anteriormente no referencial teórico, a fim de compreender a percepção da comunidade local sobre estes impactos após a concessão à iniciativa privada nos parques analisados.

As entrevistas foram realizadas com sete pessoas da comunidade local que possuem algum tipo de envolvimento com atividades relacionadas aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral e que têm contato próximo com outras pessoas que trabalham nos parques e/ou visitantes. Além disso, outros dois critérios foram estabelecidos para a escolha destas entrevistas: elas tinham que fazer parte da zona de amortecimento, sinalizadas no Plano de Manejo dos Parques Nacionais e tinham que ter realizado pelo menos três visitas aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, nos três anos anteriores ao início da concessão para que elas tenham repertório para comparação a respeito das mudanças, bem como se voltaram pelo menos uma vez aos parques nos três meses que antecederam à entrevista. Vale ressaltar que a pesquisa ainda está em fase de construção, por isso o número de sete respondentes.

Destes sete entrevistados, tem-se duas mulheres e cinco homens; a faixa etária está entre 30 e 60 anos; estão localizados em Cambará do Sul e Jacintho Machado. Foi solicitado sigilo quanto a identidade de cada entrevistado, portanto, foram denominados por E1, E2, E3 e assim sucessivamente. Estes entrevistados foram contactados pela rede profissional do pesquisador, por acessibilidade e por indicações. Foi feito o primeiro contato por ligação, em que foi explicado o objetivo da pesquisa e realizado o convite para participação. Depois do aceite, foi agendado o dia e o horário para a realização da entrevista. As entrevistas tiveram duração média de 40 minutos, cada uma, perfazendo entre 400-600 minutos de entrevistas gravadas, com consentimento expresso dos entrevistados, via plataforma digital online como Zoom e Teams.

Os dados foram analisados por meio da estratégia da análise de conteúdo com a finalidade de compreender e analisar as percepções dos entrevistados sobre o fenômeno estudado, uma vez que consiste em examinar, categorizar, classificar e recombinar as evidências (BARDIN, 2004). Essa técnica é adequada pela possibilidade de desconstrução e reconstrução

dos discursos, bem como na possibilidade de categorizar os dados por meio de codificações do material textual (GODOY, 1995; BARDIN, 2004). De acordo com Bardin (2004), autora referência desta técnica para analisar os dados, depois dos dados coletados o(a) pesquisador(a) precisa seguir três fases importantes: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; (iii) tratamento dos resultados, interferências e interpretações. A primeira fase consiste na leitura flutuante, isto é, uma primeira leitura mais superficial dos dados transcritos para compreender todo material disponível por meio das entrevistas. A segunda fase, foi o momento de criar as categorias para analisar os dados, explorando o material transcrito com novas leituras mais profundas e direcionada ao objetivo deste artigo, levando em consideração também as teorias apresentadas anteriormente no referencial teórico. Dessa forma, os dados foram analisados por meio da categoria definida *a priori*: Sustentabilidade ambiental: o antes e após a parceria entre público e privado.

Por fim, a terceira fase significa codificar os dados. Isto é, a codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto em unidades de análise, as quais permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo. Foi neste momento, que se realizou os códigos analíticos para agrupar os dados nas categorias. Para a categoria contou-se repetição de palavras e expressões que remetesse aos impactos na conservação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, após a concessão à iniciativa privada. Outro ponto importante, foram os significados dados pelos entrevistados quanto aos impactos negativos que podem ocorrer com a presença humana nas UCs após o processo de concessão de serviços públicos à iniciativa privada apresentados por Marques e Rocha (2019) no referencial teórico.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Sustentabilidade ambiental: o antes e após a parceria entre público e privado.

Assim como observado na literatura, a manutenção de áreas protegidas e da biodiversidade foram pontos destacados pelos entrevistados como necessários para as transformações do desenvolvimento sustentável do meio ambiente. Para isto, a parceria entre o público e o privado foi vista como importante e fundamental para a conservação dos Parques Nacionais, considerando o maior potencial de recursos financeiros a ser investido em melhorias de infraestrutura, manutenção e conservação, que muitas vezes o governo pode não ter (MORE; MANNING, 2004).

A parceria foi relatada pelo entrevistado E7 como algo positivo e que tem gerado bons frutos para o desenvolvimento econômico e sustentável:

Eu acompanhei o processo de concessão inteiro. Fui até a Brasília no dia de abrir os envelopes. Eu comecei a visualizar o potencial e hoje sinto que nos parques estamos passando por uma adaptação. Por exemplo, fui lá na inauguração da tirolesa. Estávamos lá podendo comer um hambúrguer. Quem tava aqui há 4 anos atrás sabe que lá não tinha nada! Um dos maiores atrativos do mundo (!) e agora tem! Isso é saúde financeira. O Fortaleza é inóspito, muito difícil de operar e está evoluindo.

Corroborando com este entrevistado, outros mencionaram o impacto desta parceria na sustentabilidade ambiental destacando primeiramente que a mudança de gestão (para a iniciativa privada) não trouxe nenhuma alteração negativa na qualidade do ar e nos cursos hídricos (água). Ou seja, os entrevistados não percebem que o processo de concessão alterou qualquer item relativo ao ar e aos córregos, rios e cachoeiras que fazem parte das áreas de uso público dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

Dentre os impactos negativos causados pela presença humana nos Parques Nacionais apresentados por Marques e Rocha (2019), conforme Quadro 1, identificou-se que alguns não foram mencionados por nenhum dos entrevistados, foram eles: compactação do solo; raízes e blocos; redução do tamanho das plantas na trilha; presença de degraus; redução da vegetação e serrapilheira; efeito de borda; graves movimentações de massa; contaminação de represas; redução da cobertura vegetal ciliar.

Os demais impactos mencionados por Marques e Rocha (2019), foram citados pelos entrevistados conforme o Quadro 1. Porém, vale ressaltar que houve pontos de vistas diferentes sobre cada um, mas concordando que todos foram impactados positivamente após a concessão à iniciativa privada, diferentemente do que é colocado pelos autores, uma vez que eles realizaram o estudo contabilizando os impactos negativos das intervenções humanas em áreas públicas em UC.

QUADRO 1: Impactos encontrados nas falas dos entrevistados descritos por Marques e Rocha (2019), porém, sob ponto de vista positivo

IMPACTOS	ENTREVISTADOS
Erosão	E1 – E2
Assoreamento de córrego	E1 – E2 – E4 – E5 – E6
Alargamento da trilha	E1 – E2 – E3 – E4 – E5 – E6 – E7
Abertura de atalhos	E1
Supressão da vegetação nativa	E1 – E3 – E5 – E7
Introdução de espécies exóticas ou invasoras	E1 – E2 – E3 – E4 - E5 – E6 – E7
Degradação do solo por culturas	E1 – E3

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

A fim de maior esclarecimento quanto ao Quadro 1, os entrevistados mencionados em cada item apresentado em uma parte do estudo de Marques e Rocha (2019) como impacto, foram agrupados de acordo com o que eles disseram, ou não, durante as entrevistas sobre os respectivos impactos. Se não tem o entrevistado no impacto é porque ele não mencionou sobre o mesmo. Os demais, mencionaram juntamente com pontos de melhorias e/ou da não percepção de melhorias, mas que chegaram a citar sobre os impactos em algum momento da entrevista.

Um dos principais motivos que leva a erosão e o alargamento na trilha é o pisoteio dos visitantes, sendo este um problema para a conservação do solo de UC. Por outro lado, a presença humana em áreas protegidas pode não ser vista pela perspectiva negativa e, por isso, informar a comunidade local, os visitantes, os moradores, os trabalhadores e todas as pessoas que por lá transitam sobre a importância da conservação do solo e de ações que podem ser tomadas para protegê-lo são essenciais. Nesta perspectiva, a E1 acredita que a parceria entre público e privado se faz ainda mais importante pelo potencial das Concessionárias em monitorar e implementar soluções à medida em que vão se aperfeiçoando. Isto porque empresas privadas possuem melhores recursos financeiros, melhores planejamentos, e menos burocracias para investir em melhorias e conservações de responsabilidades sociais do que o setor público (KRAMER et al., 2002; MORE; MANNING, 2004; DA SILVA et al., 2020).

Esta questão de monitorar e implementar soluções também é citada pelo E2 quando exemplifica a melhoria de uma das trilhas dos Parques: “Tava bem pior. Melhorou. Estava bem difícil o acesso dos visitantes. Foi feito um manejo ali. A gente percebe menos erosão. Ajuste. [...] Trilha da borda sul e as trilhas estão mais acessíveis e melhores”. Em complemento, a fala do E3 diz: “Trilha da pedra do segredo foi manejada com objetos naturais, não tem cimento,

devagar foram ajeitando as pedras. No Mirante Fortaleza também. Cordas de contenção foram colocadas e isso é importante pois já estavam depredando. Foram melhorias”.

Já para o E6, apesar das melhorias que já são perspectivas quanto a erosão e o alargamento das trilhas, “ainda não há grandes melhorias”, isto porque a parceria é recente e acredita ter muito para melhorar. Mesmo o impacto já sendo visto como positivo pelo entrevistado ele acredita que uma outra justificativa do impacto da parceria entre público e privado na sustentabilidade ambiental é não saber os limites e responsabilidades de cada órgão e empresas envolvidas: “Eu não sei até o limite do ICMBIO1, mas eu penso que eles devem ter uma série de limitações. [...] isto porque tem evasão há muito tempo em alguns pontos”. Neste trecho, o entrevistado estava se referindo aos desafios enfrentados pelas parcerias entre público e privado, principalmente após uma concessão cujas iniciativas privadas começam a ser responsáveis pela conservação de serviços públicos que durante muito tempo não conseguiram manter o ambiente e conservar os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. Saber até qual o limite de cada órgão que tem a responsabilidade pela conservação da biodiversidade das UC é um grande desafio na parceria e que conseqüentemente impacta a sustentabilidade ambiental. Este achado também corrobora com a perspectiva de Rodrigues e Abrucio (2019) quando lembram que os desafios continuam após a parceria, pois ela não é garantia de uma gestão sustentável e eficiente dos recursos (GODOY, 2006).

Em concordância, a E1 diz que no caso de evasões e de alargamento da trilha, com o aumento das manutenções após a concessão à iniciativa privada, as evasões que durante muito tempo não eram corrigidas, conforme percebido por E6 e por E4, passaram a sofrer intervenções que ajudaram na contenção de erosões e, conseqüentemente, na durabilidade das trilhas.

Quando você tem pessoas para cuidar e dar manutenção e dos equipamentos a gente percebe a parte positiva. É fundamental ter esse olhar e esse cuidado que, muitas vezes, a equipe do ICMBIO não tem perna para cuidar do detalhe como colocar o cascalho na trilha. A manutenção do ambiente e conservar para que o visitante não degrade, a Concessionária está fazendo um papel importante (E1)

Um outro ponto de melhoria citado por E4 após a parceria com o privado, se refere às trilhas. Antes, as pessoas tinham que pular pedras para chegar em determinado lugar, com obstáculos que, talvez, podem ser considerados até de riscos; mas, agora é possível encontrar pontes em algumas trilhas como suporte na infraestrutura.

Quanto ao assoreamento de córrego, apresentado por Marque e Rocha (2019), alguns entrevistados perceberam impacto da parceria público e privado na melhoria deste item (E4, E5 e E6), enquanto outros não (E1 e E2). As melhorias percebidas envolvem mudanças realizadas na infraestrutura dos parques que evitam o contato com sujeira, acúmulo de resíduos e matéria orgânica nas águas, preservando os córregos. Para o E5 as melhorias ficaram mais restritas às trilhas e que esta não poluí os rios por não estar nas proximidades. Acredita que uma melhoria para intervir no assoreamento de córrego seria necessário mexer nos solos, “mas ainda não fizeram isto” (E5). Neste trecho, o entrevistado está se referindo a Concessionária que após a concessão está à frente de serviços de melhorias dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, bem como serviços de apoio à visitação.

Não explicitamente associaram ao assoreamento de córrego, mas é possível correlacionar, a gestão dos resíduos que foi percebida por todos os entrevistados como algo que melhorou bastante após a concessão e que acaba tendo um impacto direto por não haver o acúmulo de lixo, resíduos, sedimentos e matéria orgânica nas UC. Isto pode ser exemplificado pela fala do E2: “No Fortaleza tinha problemas com lixo que não tem mais. Principalmente, no

1Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão responsável por gerir e proteger as unidades de conservação à nível federal.

Fortaleza tinha lugar que dava dó. A galera já usava como banheiro. Dava dó. A partir da concessão melhorou”. E também do E5: “Antes da concessão não tinha separação e poucas lixeiras com o lixo todo misturado”.

Somente a E1 falou sobre abertura de atalhos acreditando que a participação da Concessionária favoreceu a organização da visitação nos parques:

Quando não tem implementado um caminho todos os caminhos servem. Eu acho que o fato de a Concessionária estar ali para isso: organizar a visitação, indicar os visitantes seja por meio de consolidação de um caminho ou sinalização a chance de os visitantes não criarem caminhos alternativos. Ele só vai usar (um atalho) quando tem charco, lama, ou está erodido. Quando você consolida e dá manutenção e deixa a trilha confortável ele vai seguir.

Este relato mostra um indício, ainda que principiante, diferente do achado de pesquisa de Dinica (2017), cujos resultados do estudo realizado na Nova Zelândia mostraram que a aprovação em torno das concessões em troca de contribuições das Concessionárias, na prática, não foi evidenciada ganhos ambientais e enriquecimento de biodiversidade significativos.

Para este entrevistado a presença da Concessionária ajuda na abertura de atalhos, consolidando ações e práticas favoráveis às visitações nos parques, onde ainda há uma questão complexa entre ser permissível ou não, devido aos impactos negativos da presença humana nas UC, observados por alguns autores. Afinal, criar caminhos alternativos pelos visitantes pode causar danos e prejuízos em áreas de preservação nos parques e impactar negativamente o enriquecimento da biodiversidade.

A supressão da vegetação nativa é um dos impactos negativos da presença humana nas UC, porém para a E1, após a concessão, às visitações nos parques não têm causado danos ao ecossistema natural das áreas protegidas. As interferências realizadas na vegetação são “sempre sob autorização, nada fora do controle também do ICMbio [...] No caso das Concessionárias sempre tem pessoa específica para cuidar disso e elas estão sempre disponíveis” (E1).

Estar em consonância com ICMbio é seguir o que Rodrigues e Godoy (2013) acreditam ser importante para a parceria entre público e privado, devendo haver respeito à legislação e ao plano de manejo ou qualquer outro regulamento existente que visa proteger as UC. Além disso, a disponibilidade de profissionais das Concessionárias citada por este entrevistado vai ao encontro com a concepção de Da Silva (2020) cuja iniciativa privada acaba tendo maiores condições do aporte de recursos humanos e financeiros.

Ainda retratando os impactos descritos no Quadro 2, os outros dois mencionados pelos entrevistados foram: a introdução de espécies exóticas ou invasoras e a degradação do solo por culturas. Isto, porque o segundo pode acabar sendo decorrente do primeiro, isto é, para E3 com o número significativo de javalis, agora, “percebe espécies invasoras no Itaimbezinho, Fortaleza e Malacara. Eu via muita fauna nativa no cânion Itaimbezinho eu via tatuzinho, veadinho e não vejo mais. Até o leão baio eu via. Pode ter relação com essas espécies invasoras. [...] antes eu via mais patinhas e pegadas dos bichos e eu acho que isso tem mais a ver com as espécies exóticas” (E3). E a presença destas espécies pode gerar a degradação nos solos dos parques se não houver acompanhamento, manutenção e contenção.

Atualmente, o maior problema levantado para todos os entrevistados, de maneira geral, é a presença de javalis que deixam os parques mais feios. Ainda não sendo possível ver uma melhoria e nem uma piora após a concessão. Porém, tanto E1 quanto E2 e E5 acreditam que a presença humana pode ajudar no afastamento da fauna e que a crítica à visitação nas UC, principalmente após a parceria entre público-privado, porém não é suficiente para sanar o problema. Isto porque E1 diz haver um movimento interessante de que mesmo com visitantes ainda há “mamíferos de maior porte andando à noite”.

Assim, uma das falas de E1 pode contribuir para ampliação do olhar sobre este impacto: “para brigar com essa espécie exótica tem que estar dentro de um projeto que a Urbia (Concessionária) vai colaborar e teremos os recursos para implementar”. Reforçando a importância do investimento financeiro, como parte acordada na prestação de serviço entre a parceria público-privado, na firmação do contrato de concessão, nas medidas de conservação e preservação da natureza, conforme visto na literatura por alguns autores como, por exemplo, Eagles (2013); Rodrigues e Godoy (2013); Menezes (2015); Dinica (2017); Rodrigues e Abrucio (2019) e Silva e Raimundo (2021).

Além desses impactos levantados pelos entrevistados que também foram apresentados no estudo de Marque e Rocha (2019), mas que foram percebidos aqui, em sua maioria, de forma positiva, após a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, outro impacto foi mencionado por todos os entrevistados: a presença de monitores que aumentou significativamente.

No começo eu estranhei um pouco pois tinha mais monitor que visitante. E eu gosto de ter liberdade de se sentir vivenciando um ambiente natural sem ter muita gente observando, mas eu comecei a achar muito legal a presença. Nesse caso, a Concessionária foi equacionando e melhorando o número de pessoas e foi melhorando por meio da observação para um número adequado de pessoas. Os visitantes gostam que tenha pessoa ali e podem perguntar coisas nas áreas de visitação intensiva (E1).

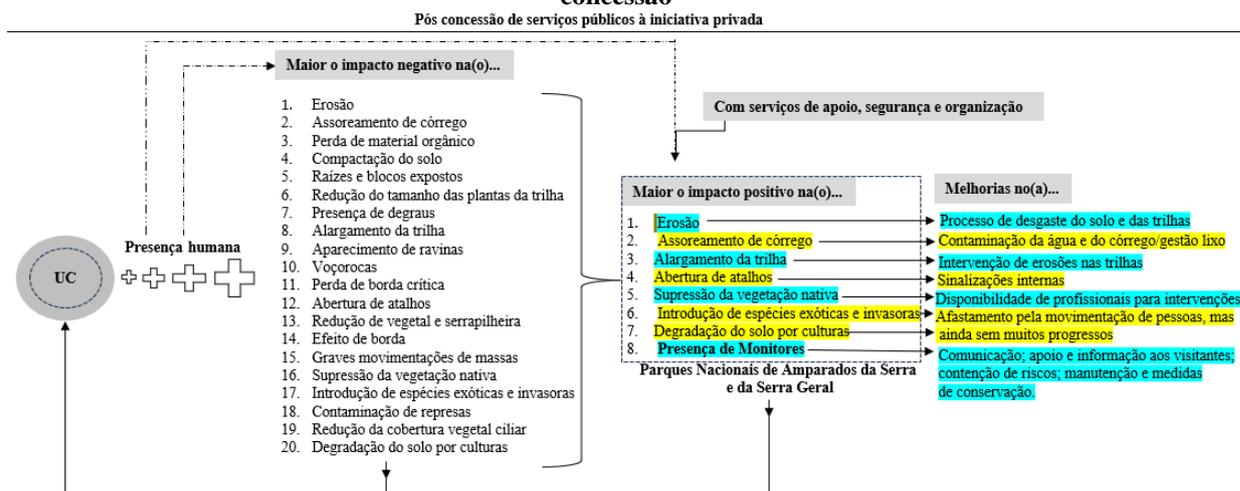
A presença de monitores trouxe, no primeiro momento, um estranhamento; mas logo, em segundo momento, foi vista como essencial e importante para a conservação da biodiversidade e dos serviços de apoio aos visitantes. Isto traz melhor experiência e segurança para os visitantes (SILVA; RAIMUNDO, 2021) que frequentam os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, bem como ajuda a manter a infraestrutura e manutenção de trilhas, por exemplo, pela sua presença e intervenção quando necessária.

As pessoas sempre vão passar da cordinha pra tirar a foto. Os monitores chamam a atenção das pessoas e elas retornam. Só a cordinha não funciona. Quem fazia vai continuar fazendo. Mas os monitores fazem a diferença (E3).

Sempre existiu contenção nas bordas. Agora tem mais pontos de contenção. O monitoramento dos monitores de trilha também melhora. Eles vão dando a dica pra galera da segurança de borda (E2).

Com isso, a Figura 1 sintetiza os achados correspondentes aos impactos percebidos pela comunidade local quanto à sustentabilidade ambiental antes e após a concessão à iniciativa privada na conservação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

Figura 1: Síntese dos dados analisados sobre os impactos percebidos pelos entrevistados após a concessão



Fonte: elaborada pelos autores (2023).

A partir dos resultados da pesquisa de Marque e Rocha (2019) onde são apontados os vinte principais impactos ambientais negativos nas UC brasileiras, os entrevistados apontaram as principais melhorias trazidas pelo processo de concessão destacando sete dos vinte itens do modelo original dos autores. Destacam-se que as melhorias ambientais invariavelmente eram acompanhadas de impactos positivos relacionados à melhoria na experiência dos visitantes. A “presença de monitores” foi adicionado em função do volume de citações de todos os entrevistados como um fator de melhora substancial na segurança das pessoas, na interpretação ambiental e nas informações gerais durante a visita.

Neste sentido, corroborando com a percepção de Rodrigues e Abrucio (2019), a concessão firmada entre a parceria do público com o privado na questão da sustentabilidade ambiental é importante se atentar aos principais objetivos desta concessão e, sobretudo, a importância de contratos sólidos e um estado fortalecido na gestão contratual, monitoramento e fiscalização. Para isto, a importância da gestão neste processo, uma vez que a concessão não é garantia de uma gestão sustentável dos recursos eficiente (GODOY, 2006).

5. Considerações Finais

Considera-se que as mudanças percebidas pela comunidade local foram positivas frente a parceria entre público e privado, dando indícios de maior contribuição à sustentabilidade ambiental. Os resultados mostraram que apesar da literatura indicar uma forte corrente para os impactos negativos da presença humana na conservação dos Parques Nacionais, há indícios que apontam que este não seria o principal problema a ponto de não haver visitação, mesmo os entrevistados percebendo que a presença humana pode impactar mais negativamente em alguns casos. Afinal, encontrou-se uma ideia de pensamentos em consonância de que as visitas se fazem importantes e essenciais para a promoção, conscientização e valorização da natureza, cujas atividades recreativas nos Parques podem gerar receitas convertidas na proteção e manutenção a favor da sustentabilidade ambiental.

Então, não sendo a presença humana um dos principais problemas que impactam a conservação dos Parques, na visão dos entrevistados, os impactos descritos por Marques e Rocha (2019) tiveram uma outra conotação nesta pesquisa. Foram percebidos de uma forma positiva após a concessão à iniciativa privada, juntamente com a aprovação e liberação das

cobranças de ingressos para visitantes dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

Assim, os impactos percebidos e mencionados pelos entrevistados de forma positiva após a concessão foram melhorias quanto a: (i) erosão; (ii) assoreamento de córrego; (iii) alargamento da trilha; (iv) abertura de atalhos; (v) supressão da vegetação nativa; (vi) introdução de espécies exóticas ou invasoras; (vii) degradação do solo por culturas. Pode-se dizer que cada um destes impactos obtivera melhorias de formas, níveis e graus diferentes, sendo explicado por alguns dos entrevistados devido ao pouco tempo de concessão e da nova gestão, uma vez que ela se deu no ano de 2021.

Dentre estes impactos, destaca-se a melhoria na erosão e no alargamento das trilhas, mesmo que ainda demonstrem uma preocupação: mais melhorias são necessárias, já se evidenciam retornos positivos após a concessão, pois os investimentos contribuíram para atrair novos visitantes e, conseqüentemente, com mais visitantes, mais recursos e mais investimentos para manutenção e conservação.

Outro impacto que cabe destaque é um dos maiores problemas percebidos pelos entrevistados - a presença de javalis e de animais exóticos nos parques. Isto tem trazido preocupações para as pessoas que trabalham por lá e para os visitantes, não só por deixar o ambiente mais feio, mas também pela possibilidade maior de degradação nos solos. Este problema não é percebido como algo decorrentes pós concessão, parece ser algo que vem ao longo dos anos e, até então, não foi possível notar melhorias, mesmo acreditando que em alguns momentos a presença humana pode contribuir para o afastamento destes animais, mas não suficiente para ausência. Por isso reforçam a necessidade da gestão se ater para problemas como este na construção do contrato de concessão de serviços públicos à iniciativa privada, bem como a constante comunicação com a comunidade local e com as pessoas que trabalham nos parques para levantar informações do que pode e deve ser melhorado nas UCs.

Com a concessão a Concessionária na prestação de serviço de conservação e manutenção dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, o impacto Presença dos Monitores, não discutido por Marques e Rocha (2019), merece também ser destaque nesta pesquisa. Os monitores foram vistos como impacto positivo da parceria público-privado, cujos investimentos financeiros ajudaram para a contratação destes profissionais, a fim de dar apoio e melhor a comunicação e segurança aos visitantes. Eles ajudam a indicar caminhos mais rápidos, dão informações de trilhas mais seguras, de pontos de alimentação, indicações de sanitários, indicações de onde depositar resíduos, além de chamar atenção das pessoas quando necessário, dentre outras atividades importantes que contribuem para conservação da biodiversidade, sem precisar restringir a presença humana.

Conforme analisado acima, através deste estudo foi possível identificar e analisar os impactos percebidos pela comunidade local quanto à sustentabilidade ambiental antes e após a concessão à iniciativa privada na conservação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

Porém, a presença humana nas áreas protegidas deve seguir regras, normas, diretrizes e estarem alinhadas com o contrato de concessão firmado entre o público e o privado, garantindo a segurança dos visitantes, daqueles que trabalham nos parques e garantindo o cuidado com a biodiversidade. Por isso a importância da gestão neste processo para o esclarecimento de dúvidas e da transparência entre as partes, bem como do acompanhamento de todas as mudanças necessárias e intervenções precisas. Daí também a importância das pesquisas científicas para que ações mais assertivas sejam aplicadas.

A conservação de parques nacionais é uma tarefa complexa que envolve várias partes interessadas e instituições responsáveis por diferentes aspectos de gestão, manutenção e preservação dessas áreas naturais. No Brasil, o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMBio) desempenha um papel fundamental nesse processo, juntamente com o governo e com parcerias com empresas privadas, como é o caso das Concessionárias.

Este estudo ainda está em construção e pretende aprofundar e expandir para o campo da governança e suas responsabilidades frente a parceria público e privada na conservação das UCs, pois a conservação sustentável dos parques nacionais requer uma abordagem abrangente que considere tanto a proteção ambiental quanto as necessidades das comunidades locais e o uso sustentável dos recursos naturais. Isto também porque acredita-se que este estudo ainda pode vir a contribuir na tomada de decisão e em políticas públicas que apresentem os Parques Nacionais como atrativos turísticos e ambientais que promovam o desenvolvimento sustentável e ajudem a consolidar a reputação do país na conservação ambiental da sua rica biodiversidade. A conservação em si pode significar o aumento da competitividade do Brasil no turismo de natureza altamente competitivo.

Novas pesquisas poderão ser desenvolvidas para monitorar a evolução das interpretações da população local sobre a sustentabilidade. Futuros estudos podem também comparar as diferenças e semelhanças entre o modelo brasileiro de concessões com modelos internacionais, uma vez que Dinica (2017) não encontrou ganhos ambientais relevantes nas concessões avaliadas, ao contrário dos primeiros indícios aqui relatados.

Referências

- BARDIN, L. (2004). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70.
- Braga, A. S. (2013). **Parques nacionais: participação privada na viabilização do uso público**. Curitiba: Edições CRV.
- BRUMATTI, P. N. M.; ROZENDO, C. Parques Nacionais, turismo e governança: reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n. 3, p. 2119, 2021.
- CEBALLOS G. ET AL. Accelerated modern human-induced species losses: Entering the sixth mass extinction. **Sci Adv**, v. 1, n. 5, p. 1-5, 2015.
- DA SILVA, M. S. F.; DA ANUNCIACÃO, V. S.; DE ARAÚJO, H. M. Desafios na gestão ambiental participativa em Unidades de Conservação, Brasil. **Revista Geografar**, v. 15, n. 01, p.195-219, 2020.
- DINICA, V. The environmental sustainability of protected area tourism: towards a concession-related theory of regulation, **Journal of Sustainable Tourism**, 26:1, 146-164, 2018. DOI: 10.1080/09669582.2017.1322599.
- EAGLES, Paul F.J. Research priorities in park tourism, **Journal of Sustainable Tourism**, 22:4, 528-549. 2014. DOI: 10.1080/09669582.2013.785554.
- EISENHARDT, K. M. (1989). **Building theories from case study research**. *Academy of management Review*, 14(4), 532-550.
- GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, SP, v.26, n.2, 1995.
- GODOY, A. M. G. A gestão sustentável e a concessão das florestas públicas. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 10, n. 03, p 631-654, 2006.
- GORINI, A. P. F.; MENDES, E. F.; CARVALHO, D. M. P. Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas: o caso do Parque Nacional do Iguaçu. **Revista Setorial BNDES**, n. 24, p. 171-209, 2006.
- ICMBIO. **Monitoramento da Visitação em Unidades de Conservação Federais: Resultados de 2019 e Breve Panorama Histórico**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/monitoramento_visitacao_em_ucs_federais_resultados_2019_breve_panorama_historico.pdf Brasília. 2020.

ICMBIO. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais**. ICMBio. 2011. Disponível em: https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/4592/mod_data/content/15445/roteiro_metodol%C3%B3gico_para_gest%C3%A3o_de_%C3%A1rea_de_prote%C3%A7%C3%A3o_ambiental.pdf

KEFALAS, H.; SOUZA, F. (Org). Navegando nos caminhos do uso público. São Paulo: Instituto Linha D'Água; **Raiz Assessoria Socioambiental**, 2018, 36 p.

KRAMER, R. et al. O papel do setor privado no estabelecimento e manejo de áreas protegidas. In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C.; DAVENPORT, E.; RAO, M. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 363-380.

MMA. **Brasil tem mais de 116 mil espécies da fauna**. Ministério do Meio Ambiente. Acessado em 09/12/2021: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/noticia-acom-2015-12-1386>.

MMA. **Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil**. Site Institucional. 2015. Acessado em 02/08/2023 <http://fauna.jbrj.gov.br/fauna/listaBrasil/ConsultaPublicaUC/ConsultaPublicaUC.do>

MMA. **O que são as Unidades de Conservação?** Ministério do Meio Ambiente. Acesso em 09/08/2023: <https://antigo.mma.gov.br/informma/item/15713-o-que-s%C3%A3o-as-unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o.html>.

MMA. **Parques Nacionais: MMA trabalha para replicar o sucesso das Cataratas do Iguaçu**. Ministério do Meio Ambiente. Acesso em 10/08/2023. <https://antigo.mma.gov.br/mmanoforum/item/15711-concess%C3%A3o-dos-parques.html>.

MORE, T. A.; MANNING, R. E. The Public Function of Parks and Protected Areas. **Working Papers of the Finnish Forest Research Institute** 2.2004.

MARQUES, F.; ROCHA, M. B. Impacts of public use in conservation units: scientific production in Rio de Janeiro. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. e1883817, 2019. DOI: 10.33448/rsd-v8i3.817. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/817>.

MENEZES, B. F. R. Ecoturismo em unidades de conservação. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 03, n. 05, p. 48-56, 2015.

MEYER, C. B. A case in case study methodology. **Field Methods**. vol. 13, n.4, 329-352, 2001.

MORE, T. A.; MANNING, R. E. The Public Function of Parks and Protected Areas. **Working Papers of the Finnish Forest Research Institute** 2.2004.

MORO, C. C.; OMENA, M. T.; LINDENKAMP, T. M. Discutindo as Concessões de Uso Público em Unidades de Conservação Brasileiras. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 3, p. 224-233, 2022.

PEIXOTO, S.; IRVING, M.; PRATES, A. P. L.; FERREIRA, I. V. Parque urbano da paz: a construção de um novo conceito no Parque Nacional da Tijuca. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. v. 11, n. 1, p.24, 2005.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. (1998). **Manual de Investigação em Ciências Sociais** (2a ed.). Lisboa: Gradiva.

RODRIGUES, C.G.O.; ABRUCIO, F.L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. **RBTUR**, São Paulo, v.13, n.3, p. 105-120, 2019.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. C. Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 75-88, 2013.

SAPORITI, N. Managing National Parks: How public-private partnerships can aid conservation. **Public Policy for the Private Sector**. Note Number 309. junho 2006.

SEMEIA **Diagnóstico do uso público em parques brasileiros: a perspectiva da gestão**. 2021. https://semeia.org.br/arquivos/Marco2021_DiagnosticodoUsoPublico_em_ParquesBrasileirosAPerspectivadaGestao.pdf

SILVA, G. G. L.; RAIMUNDO, S. Modelos de concessão de serviços em Parques Nacionais brasileiros. **Turismo e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 42-62, 2021.

STEFFEN ET.AL. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet . **Science** 347, Issue 6223. 2015. <http://dx.doi.org/10.1126/science.1259855>

SZABŰ, A. S.; UJHELYI, G. Economic Impacts of the US National Park System. Economic Impacts of the US National Park System. **Study the University of Houston**. <http://https://uh.edu/~aszabo2/nps11.pdf>, 2022.

TREVISAN, F. O patrimônio mundial natural e a produção de destinos turísticos no Brasil [recurso eletrônico]: Parque Nacional do Iguaçu (PR). **Tese de doutorado**. <http://https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1014656>, 2018.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman.(2015).

ZMYSLOWSKI, C. T. ET AL. Parcerias público-privadas em unidades de conservação ameaçam o turismo de base comunitária e a sustentabilidade de comunidades tradicionais. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 293–316, 2021.